

Que Desenho ensinar para os(as) normalistas em formação? Uma contribuição do maranhense Arthur Marinho (primeira metade do século XX)

Marcos Denilson Guimarães
Maria Consuelo Alves Lima

Resumo


O presente estudo analisa o papel desempenhado pelo maranhense Arthur Marinho na sistematização do Desenho como um saber para a formação de professores primários da cidade de São Luís, capital do Maranhão, durante a primeira metade do século XX. A metodologia, de cunho historiográfico documental, baseou-se no exame de notícias veiculadas em jornais da época que mostram a trajetória pessoal e profissional desse ator social e na análise de programas de ensino de Desenho para a Escola Normal ludovicense assinados por Marinho e publicados pela Imprensa Oficial (1930, 1934). Essa investigação teve como base dados coletados no arquivo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, e direcionada para o tipo de Desenho que era disponibilizado para a formação de normalistas daquela época. O texto adota como fundamentação teórico-metodológica os estudos culturais, sobretudo, as ideias de Chervel a respeito das transformações do conceito de finalidades ao longo do tempo. Os resultados evidenciam que as ações mobilizadas por Arthur Marinho, tanto no campo artístico quanto educacional, se refletiram na sua prática de professor formador, ressignificando as finalidades deste saber para a formação de normalistas daquele Estado que se encaminhava explicitamente com o auxílio da geometria.

Palavras-chave: Ensino de Desenho. Formação de professores. História da educação matemática.

Marcos Denilson Guimarães

Universidade Federal do Maranhão – UFMA


E-mail: marcos.matema@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9967-4624>

Maria Consuelo Alves Lima

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

E-mail: mca.lima@ufma.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2514-9069>

Recebido em: 13/02/2020

Aprovado em: 02/05/2020



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2021.e71485>

Abstract

What Drawing to teach to the teachers in formation? A contribution of Arthur Marinho from Maranhão (first half of the twentieth century)

The following study analyzes the role played by Arthur Marinho, a Maranhão citizen, in the systematization of Drawing as an area of knowledge for the formation of elementary teachers in the city of São Luís, capital of Maranhão, during the first half of the 20th century. The methodology, of documentary historiographic aspect, was based on the study of news published in newspapers of the time about the personal and professional paths of this social actor and in the analysis of Drawing teaching programs to the Normal School of Maranhão signed by Marinho and published by the Official Press (1930, 1934). This investigation was based on data collected from Benedito Leite library's Public Archive, in the city of São Luís, and directed to the type of Drawing that was available for the formation of the teachers at that time. The text takes on as theoretical-methodological foundation cultural studies based on Chervel's ideas regarding the transformations of the concept of purposes over time. The results demonstrate that the actions taken by this professional, both in the artistic and educational fields, were reflected in his practice as a training teacher, resignifying the purposes of this knowledge for teachers' formation that directed explicitly with the support of geometry.

Keywords:

Drawing Teaching. Formation of the teachers. History of Mathematics education.

Resumen

¿Qué Dibujo enseñar a los normalistas en formación? Una contribución de Arthur Marinho (primera mitad del siglo XX)

El presente estudio analiza el papel jugado por Arthur Marinho en la sistematización del Dibujo como conocimiento para la formación de maestros de primaria en la ciudad de São Luís, capital de Maranhão, durante la primera mitad del siglo XX. La metodología, de carácter historiográfico documental, se basó en el examen de noticias publicadas en periódicos de la época que muestran la trayectoria personal y profesional de este actor social y en el análisis de los programas de enseñanza del Dibujo para la Escuela Normal Ludovicense firmados por Marinho y publicados por Prensa Oficial (1930, 1934). Esta investigación se basó en datos recogidos en el archivo digital de la Biblioteca Pública Benedito Leite, en São Luís, y se dirigió al tipo de Dibujo que estaba disponible para la formación de los normalistas de esa época. El texto adopta como fundamento teórico-metodológico los estudios culturales, sobre todo, las ideas de Chervel sobre las transformaciones del concepto de propósitos a lo largo del tiempo. Los resultados muestran que las acciones movilizadas por Arthur Marinho, tanto en el ámbito artístico como educativo, se vieron reflejadas en su práctica como formador de docentes, replanteando los propósitos de este conocimiento para la formación de normalistas en ese Estado que se dirigió explícitamente con la ayuda de la geometría.

Palabras clave:

Enseñanza del Dibujo. Formación de profesores. Historia de la educación matemática.

Introdução

Neste texto são apresentados resultados de uma análise, em perspectiva histórica, de como ocorreu a formação de professores primários em Desenho na Escola Normal do Maranhão no período de 1890 a 1939. A investigação trata, de modo específico, do papel desempenhado por Arthur Marinho no processo de sistematização do Desenho enquanto disciplina escolar, bem como identificar neste processo as finalidades destinadas a esse saber.

No campo das pesquisas interessadas em investigar a trajetória das disciplinas escolares, a questão de suas constituintes é fundamental. A compreensão de que a organização interna das disciplinas é, numa certa medida, produto da história nos leva ao entendimento de que a escola não se define apenas por um mero e simples processo de transmissão de saberes, ou de iniciação às ciências de referência (saber científico), como defende o pesquisador Yves Chevallard, especialista em didática da Matemática francesa. Pelo contrário, a escola é tomada como lugar de produção de cultura escolar, de constituição de saberes próprios (CHERVEL, 1990).

Ao buscar perceber a escola como espaço de produção de saberes, de produção de disciplinas escolares, Chervel (1990) afirma que sua constituição e seu funcionamento colocam de imediato ao pesquisador três problemas: 1) o de sua gênese, no sentido de pensar como a escola age para produzir essas disciplinas; 2) o de sua função, buscando entender para quê elas são propostas, isto é, quais são as suas finalidades educativas; e 3) o de seu funcionamento, no sentido de examinar a aculturação de massa que ela determina, fenômeno esse ligado aos efeitos que tem este ensino sobre os alunos.

Dessa forma, a análise do estudo de Chervel (1990) nos serviu como lente para compreender como a disciplina de Desenho se fez presente na formação de professores primários de São Luís, capital do estado do Maranhão, durante a primeira metade do século XX. O estudo se guiou pela tentativa de identificar as finalidades desse saber neste contexto de formação ludovicense a partir da análise do papel desempenhado por Arthur Marinho como importante vetor pedagógico no trato do ensino de Desenho. Tal construção histórica coloca em xeque o problema das finalidades de seu ensino, bem como das exigências internas que constituem o seu núcleo. Isso porque, em nosso entendimento, há finalidades de naturezas distintas e que sofrem alterações ao longo do tempo.

Para o desenvolvimento deste estudo foram então analisados diferentes jornais da época, bem como os Programas aprovados para o Curso Normal do Liceu Maranhense, em 1930, e para os Cursos Normal e Complementar de 1934, ambos localizados no arquivo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite. A mobilização dessas fontes, além de revelarem o importante papel da imprensa escrita como um dos férteis instrumentos de veiculação de ideias (CALONGA, 2012), possibilitou-nos percorrer a trajetória de formação e atuação do desenhista, pintor e professor Arthur Marinho. Assim, o objetivo deste artigo é, à

luz dessas considerações, analisar o papel desempenhado por ele para a sistematização de um Desenho posto para a formação de professores primários daquele Estado. Ademais, buscamos com isso estabelecer as finalidades dessa disciplina, explicitando os conteúdos selecionados para serem ensináveis e os métodos que garantiram a apreensão desses.

A organização deste texto seguirá a seguinte ideia: tratamento de como se deu o processo de instalação definitiva da Escola Normal maranhense, inserindo nesse percurso os movimentos de inserção do Desenho e os responsáveis por eles; em seguida, mediante à identificação de Marinho, revelar sua trajetória de formação e atuação profissional no ensino de Desenho, mostrando como sua presença impactou a formação dos normalistas em Desenho naquela Escola.

O processo de criação da Escola Normal maranhense e o ensino de desenho como disciplina escolar

O processo de criação das escolas normais como instituições encarregadas de preparar e formar professores para atuarem nos primeiros anos escolares não ocorreu de modo simultâneo nas capitais brasileiras. Em algumas delas, como na Província do Rio de Janeiro (1835), na Bahia (1836), no Mato Grosso (1842) e em São Paulo (1846), esse processo foi precursor e acelerado pela autorização da Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação das escolas de primeiras letras em todas cidades, vilas e lugares mais populosos do Império e, também, pela promulgação do Ato Adicional de 1834, que conferiu às províncias a responsabilidade pela instrução primária.

Desde então, o movimento de criação destas Escolas Normais esteve marcado por momentos de aberturas, fechamentos, incertezas, afirmações e reformulações. Porém, atravessaram a República e chegaram à primeira metade do século XX afirmando-se como locus fundamental de mobilização de saberes pedagógicos e profissionais, a partir dos quais os (as) normalistas conceberiam as suas formações.

Em Guimarães e Lima (2019), se evidenciam tentativas de institucionalização de uma Escola Normal na capital maranhense, e lançaram mão de um estudo que buscou identificar nos trabalhos deste estado — considerados como história da Educação/história da Educação Matemática — a presença do Desenho na Escola Normal da capital. Esses pesquisadores concluíram que durante os anos finais do século XIX, no bojo de inserir o Maranhão no contexto de uma sociedade antenada com as reformas educacionais do mundo, a disciplina Desenho foi ganhando cada vez mais espaço nos documentos oficiais de formação de professores primários ludovicenses, a contar da vigência da Sociedade Onze de Agosto, em 1874. Ademais, conseguiram levantar alguns dos primeiros nomes de professores responsáveis por essa disciplina.

As circunstâncias que conduziram o Maranhão a só ter definitivamente instalada em sua capital uma Escola Normal, em 1890 — tardiamente, em comparação com as primeiras províncias citadas —,

podem ser explicadas pelo simples fato de que, anterior a esse momento, houve nesse estado algumas tentativas frustradas de implantação desse modelo escolar, como se observa nos fatos a seguir.

Ampliando os resultados apresentados em Guimarães e Lima (2019), temos que a primeira tentativa de implementar uma Escola Normal ocorreu em 1839, quando, mediante uso da Lei n. 76, de 24 de julho de 1838, Felipe Benício Conduru fora enviado para a França para especializar-se no método de Lancaster, ou método de ensino mútuo. De acordo com D'Enfert (2007), esse método, criado na França em 1815, tinha como objetivo principal instruir as camadas mais pobres da sociedade, tendo em vista um ensino baseado na colaboração de alunos-monitores, os quais eram treinados para ajudar os professores regentes da classe.

Felipe Conduru, “moço maranhense, natural de São Bento e tão distinto pela inteligência, amor ao estudo e inteireza de caráter” (MARQUES, 2008, p. 438), ao regressar da Europa, instalou em São Luís, por ordem do Governo, um curso de aperfeiçoamento para alunos-mestres intitulado de Escola Normal. Essa escola, anexa ao Liceu e orientada pelo diretor desse estabelecimento, instalou-se em uma das salas do Convento do Carmo e começou a funcionar a partir de 1º de fevereiro de 1840. Caberia, assim, fazer com que os professores aprendessem o método lancasteriano e, posteriormente, fizessem uso dele nas escolas em que lecionavam. Para atingir esse objetivo, o governo passou a exigir a frequência obrigatória dos professores do ensino primário. Porém, muitos deles recusaram-se a frequentar o curso, alegando serem contrários à proposta de adoção do método francês utilizado, afirmando sê-lo um agravante à qualidade já precária do ensino. Não demorou muito e, em 1844, em virtude da falta de matrícula, o então presidente da Província resolveu propor o seu fechamento, sendo efetivamente “desligada do Liceu e transformada em escola de primeiras letras” (SALDANHA, 2008, p. 113). Durante essa tentativa não exitosa por parte de Conduru, afirmamos que o ensino de Desenho não foi priorizado. O reconhecimento desse sujeito como uma figura respeitável do professorado maranhense se deu nas áreas de Línguas, Geografia e História.

No entanto, por volta desta época, as primeiras notícias que chegam ao Maranhão a respeito do ensino de Desenho foram dadas a ler por meio da imprensa local. A utilização de jornais na escrita da História da Educação/História da Educação Matemática passa pelo entendimento de que esse tipo de fonte permite “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16). De acordo com Cruz e Peixoto (2007, p. 259), fontes como jornais e revistas, por exemplo, são considerados “artefatos da modernidade” e, assim, lugar de produção e circulação de ideias.

As notícias veiculadas nos jornais da época e compiladas na obra *Cronologia das Artes Plásticas no Maranhão*, de autoria do escritor e pesquisador Luiz Franco de Oliveira Mello, publicada no ano de 2004 pela LithoGraf (Indústria Gráfica e Editora LTDA) de São Luís e lançada em 2005, revelam que alguns “germes” da importância desse saber já circulavam naquela sociedade, como é mostrado nos dois exemplos a seguir.

O primeiro caso é o do pintor, desenhista e professor italiano Domingos Tribuzi. Discípulo da Academia de São Lucas em Roma e formado em Desenho linear, de figura, paisagem, pintura e ornato, Tribuzi chegou a São Luís para contribuir com o panorama artístico ludovicense do século XIX. De acordo com o jornal *Publicador Maranhense*¹, de 1º de outubro de 1845, Tribuzi dava aulas grátis de *desenho linear aplicado às artes e ornato* em sua casa. Talvez por conta dessa sua disposição e do notório saber acumulado, tenha sido nomeado, em 1845, professor substituto da cadeira de Desenho Civil do Liceu Maranhense, visto achar-se licenciado o professor regente. Ainda no mesmo ano, por meio de concurso público, passou a ser titular da mesma cadeira.

Assim como esse italiano, o português José de Albuquerque Cardoso Homem, que chegou em São Luís no ano de 1847, também contribuiu para o alargamento das potencialidades do desenho na cidade. Segundo informações do jornal *O Progresso* de 1848, no dia 1º de maio, Cardoso Homem abriria, na Rua Grande n. 26, uma aula de Desenho Aplicado às Artes. Essa aula particular tinha o pressuposto de possibilitar ao artista aprender "o desenho que a sua arte exigir; assim os ourives estudarão desenho de baixela, cafeteiras, açucareiros, bandejas, salvas, paliteiros, bacias, jarros, castiçais, pentes, rosetas e tudo o mais que a arte de ourives pode trabalhar com primor e delicadeza" (*O PROGRESSO*, 1848, p. 13). Entretanto, "Independentemente disto também ensina desenho de figura, paisagem e arquitetura" (*O PROGRESSO*, 1848, p. 13). Nessa perspectiva, o desenho estava a serviço das diferentes profissões, desde os marceneiros, serralheiros, canteiro até os torneiros. Estava, assim, atrelado a uma finalidade prática, em atendimento aos anseios daquela sociedade preocupada em formar profissionais para ocupar às necessidades locais. Percebe-se aí a interferência de uma demanda externa no interior do espaço escolar. Assim, compreende-se que essa proposta de formação de um "espírito" nacionalista integrava um dos objetivos daquela sociedade, que se articulava, de uma forma ou de outra, à permanência dessa disciplina no currículo daquelas escolas. Ademais, esse fato parece-nos revelar a importância da aprendizagem a partir do Desenho linear, considerando que o entendimento à época, como se pode depreender do periódico em circulação, era de que:

Sem o desenho linear não se pode ser bom operário fundidor, ferreiro e caldeireiro. Ora, com a criação desse importante estabelecimento careceremos de bons oficiais nacionais para ir substituindo os estrangeiros que em parte pouco se demoram em geral entre nós, e em parte serão talvez ceifados infelizmente pela febre amarela, que não os poupa (*A IMPRENSA*, 1858, p. 2).

Dessa citação, e como veremos em seguida, podemos observar a importância dada ao ensino de Desenho linear para a cultura maranhense na primeira e início da segunda metade do século XIX. Segundo Guimarães (2017), esse tipo de desenho tinha forte apelo para a representação geométrica de figuras, desenhadas através de linhas e contornos. Os desenhos assim elaborados auxiliavam a técnica desses

profissionais, de modo que esse conteúdo estava a serviço de certa finalidade educativa (CHERVEL, 1990) maranhense e, inclusive, social e cultural.

Já no ano de 1849 circula no jornal *O Progresso* a notícia de que José d'Albuquerque Cardoso Homem da Academia de Belas-Artes de Lisboa e professor de Desenho e Escultura Aplicada às Artes na Casa dos Educandos Artífices, juntamente com outra pessoa, abriria uma escola de ensino primário elementar, ensino superior e ensino secundário. Dentre outras matérias, estavam previstos o ensino de Desenho linear no ensino primário, no ensino superior e Desenho e Escultura pelo método de ensino simultâneo no nível secundário. Somente o ensino primário elementar não contemplava essa disciplina. Enquanto Domingos Tribuzi era professor do Liceu Maranhense (escola secundária criada pela Lei Provincial n. 77, de julho de 1838, e destinada à elite local), Homem Cardoso achava-se no posto de professor da Casa dos Educandos Artífices (criada em 1841 e destinada aos pobres e desvalidos daquela sociedade).

As notícias veiculadas nos jornais da época a respeito desses dois pintores e artistas estrangeiros nos dão indícios de que o desenho, seja ele aplicado às artes ou aos ofícios, ganhou um lugar de precisão naquela sociedade. O desenho era o elo entre amadores e profissionais em formato de aulas particulares (em casa), bem como atendia a formação de mão-de-obra qualificada via capacitação de sujeitos “úteis” àquela sociedade, sejam eles alunos do Liceu Maranhense ou da Casa dos Educandos Artífices. Percebe-se aí certa utilidade social e prática do desenho. No entanto, conforme salienta Bittencourt (2008), “as finalidades de uma disciplina tendem sempre a mudanças, de modo que atendam diferentes públicos escolares e respondam às suas necessidades sociais e culturais inseridas no conjunto da sociedade” (BITTENCOURT, 2008, p. 42). Mais ainda, segundo Chervel (1990), se é verdade que a sociedade impõe à escola certas finalidades, “há toda razão em se pensar que é, ao redor dessas finalidades que se elaboram as políticas educacionais, os programas e os planos de estudo, e que se realizam a construção e a transformação históricas da escola” (CHERVEL, 1990, p. 219).

No sentido de perseguir as transformações ocorridas pelo ensino do Desenho, passemos ao entendimento de como esse saber se organizou na segunda tentativa, em 1870.

Sob os cuidados de Antônio Oliveira e Antônio Coqueiro, a segunda tentativa de implantar um Curso Normal destinado à formação de professores primários deu-se em 1870 com a fundação da Sociedade Onze de Agosto, que tinha por finalidade “dar em uma série de cursos pedagógicos o ensino teórico e prático indispensável às pessoas, que se destinam ao magistério da instrução primária” (VIVEIROS, 1952, p. 67).

De acordo com Marques (2008), as aulas desse curso se iniciaram em 15 de agosto de 1874. Com a ajuda financeira do Governo, se estabeleceu que dois anos após a inauguração das aulas só seriam providos nas escolas públicas provinciais mestres diplomados pelo curso, que era de dois anos” (MARQUES, 2008,

p. 439). Os programas desse dito curso Normal da Sociedade Onze de Agosto foram aprovados no ano de 1870. No entanto, o curso encerrou-se sem conseguir diplomar nenhum professor, vindo, oito anos depois (1882), a fechar definitivamente as suas atividades (SALDANHA, 2008) devido à falta de alunos e às dívidas contraídas pela instituição desde a sua criação (CASTRO, 2018).

Aqui, diferentemente da primeira tentativa, o Desenho começa a ganhar espaço como disciplina. Conforme documento de criação do Curso Normal – Lei Provincial n. 1.089, de 17 de julho de 1874 -, o professor regente das aulas de *Desenho Linear Aplicado às Artes* e de *Desenho Linear a Lápis Aplicado às Artes*, ofertadas respectivamente nos dois anos de curso, era Agostinho Autran. Consta no regulamento da Sociedade Onze de Agosto que cada lição das outras matérias duraria uma hora e meia, com exceção do Desenho que teria duração de duas horas, dadas duas vezes por semana, inclusive aos domingos.

O nome de Agostinho Autran, além de ter sido o primeiro a ser encontrado, também aparece na lista de professores do Liceu Maranhense. Na ocasião, de acordo com Fernandes (2003), consta no Relatório de 1877, que na cadeira de Desenho haveria a substituição de Domingos Tribuzi por Agostinho Autran. Embora tenhamos poucas informações sobre esse ator social, consta no jornal Diário do Maranhão, de abril de 1900 (MELLO, 2004), que Agostinho acabara de falecer no Pará. Ludovicense de origem e arquiteto da Repartição de Obras Públicas do estado do Maranhão — por isso seu nome também esteve vinculado às aulas de construção prática dessa Escola (CASTELLANOS; CASTRO, 2015) —, Agostinho deixava para trás algumas obras feitas logo após sua chegada de Paris, onde estudou. O seu nome aparece também veiculado à adaptação do prédio utilizado pela Sociedade Onze de Agosto no ano de 1874 (VIVEIROS, 1952).

Em concordância com Viveiros (1952), embora essa Sociedade não tenha conseguido o êxito de ter levado ao fim o curso projetado, de diplomar professores, não se pode negar o fato de ela ter lançado a ideia da criação de um instituto de formação de professores primários, seja pela organização em todos os seus detalhes, seja pela preocupação de mudança da realidade.

Seguindo na esteira das mudanças, a tomada de consciência para uma formação profissional dos professores de instrução elementar maranhense, mediante um ensino institucionalizado e enaltecido com a leitura de livros, os estudos dos métodos e processos de ensino e com os exercícios práticos, se formalizou no Governo de José Tomás Porciúncula. O Decreto nº. 21, de 15 de abril de 1890, que reorganizou o ensino público do estado, foi o que, de fato, tornou oficial a sua criação. Conforme disse Fernandes (2003, p. 235), essa medida tornava-se “tão profícua quanto necessária para o progresso e desenvolvimento da instrução popular desta Província”. Com isso,

As Escolas Normais, como formas de sustentação do ensino formativo, regular, sistematizador e, como única possibilidade de habilitar adequadamente o magistério, começaram a ter uma melhor organização, preocupação e atenção por parte do Governo, se comparadas com o início de sua implantação, trazendo como resultado, uma nova condução sobre o pensamento pedagógico, sobre

a formação do professorado e o aumento das instituições em recursos, número e qualidade, por todo o território nacional (CASTELLANOS, 2010, p. 127).

Nesse contexto de “habilitar adequadamente o magistério”, eis que no final do século XIX é oficializada a instalação de uma Escola Normal no estado. O curso possuía como finalidade instruir os alunos-professores e “exercitá-los na maneira prática de ensinar, educando-os na metodologia peculiar a cada uma das disciplinas” (SALDANHA, 2008, p. 116).

No sentido de agilizar seu funcionamento, o então governador do estado dispensou a elaboração de concurso, prática comum à época, e nomeou interinamente os professores Luis Medeiros e Cândido Jorge Sonher Barbosa para as cadeiras de Música e Desenho, respectivamente. Pelo que foi posto anteriormente, notamos que, diferentemente do nome que aparece em 1874, o primeiro professor de Desenho da recém-criada Escola Normal maranhense foi Cândido Jorge Barbosa. Esse ator social foi designado pelo próprio José Thomás Porciúncula a compor mesas de exames gerais de preparatórios das cadeiras de Aritmética (como Presidente) e de Álgebra (como Examinador). Ademais, também lecionou na antiga Sociedade Onze de Agosto como professor de Álgebra, Aritmética e Geometria (CASTELLANOS; CASTRO, 2015). Ou seja, um sujeito que transitava por diferentes saberes matemáticos.

Mesmo depois de sua instalação e funcionamento, a Escola Normal passou por algumas dificuldades, tanto de ordem de recurso humano e econômica quanto pedagógica. O projeto republicano que adotava um discurso de integração mais amplo — de atendimento à população menos assistida — não conseguiu de imediato realizar este desejo. No caso dessa Escola, como bem assinala Saldanha (2008, p. 63), por não ter tido a frequência esperada (procura e matrículas efetuada) houve momentos em que, “se pensou em extinguí-la, visto que onerava os cofres públicos e não conseguira formar, até 1895, senão quatro professoras”. A falta de interesse pelo Magistério fica claramente perceptível na fala de Tanuri (2000), ao afirmar que isso não passava de um reflexo acarretado “pelos minguados atrativos financeiros que o magistério primário oferecia e pelo pouco apreço de que gozava” (TANURI, 2000, p. 65).

O currículo com que a escola iniciou seu funcionamento foi determinado pelo Regulamento de 22 de junho de 1890. E, segundo os programas pelos quais se devia reger o ensino das matérias que formavam os cursos do Liceu Maranhense e da Escola Normal de 1890, foi possível observar a referência a um outro professor da disciplina, Luis Ory.

Segundo o jornal Diário do Maranhão de 1906, Luis Ory era o atual inspetor da Instrução Pública do Estado, atuando em 1909 como professor de Desenho no Liceu Maranhense (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1909, p. 2). Foi também aclamado com prêmios, como o recebido na Exposição do Tricentenário da Fundação de São Luís, no ano de 1912, “pelos seus quadros de pintura a óleo e aquarela, sépia, desenho à lápis, esfuminho, carvão e penas” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1912, p. 3). Outra informação proveniente de *O Jornal*, ainda no ano de 1921, mostra que Ory também participou da avaliação

de exames de Desenho tanto da Escola Normal quanto da Escola Normal Primária, juntamente com Levy Damasceno e Apolônia Ferreira.

Com a intenção de "adequar o quadro institucional brasileiro ao novo regime político e à nova Carta Constitucional" (SALDANHA, 2008, p. 80) surgem, então, outras reformas. O Decreto n. 94 de 1º de setembro de 1891, elaborado por Lourenço de Sá, dá nova organização à instrução pública maranhense. De caráter obrigatório, livre, gratuito e laico, teve-se a tentativa de municipalizar o ensino primário. Consta nesse decreto que o curso da Escola Normal estava dividido em 3 anos, com a presença da Geometria prática, Desenho linear e Desenho de imitação nos 1º e 2º anos, e apenas Desenho de imitação no 3º ano. Em vigor por apenas quatro meses, o regulamento elaborado no governo José Tomás Porciúncula voltou a funcionar até o ano de 1893.

Uma nova lei de instrução é então instaurada no ano de 1893, na qual o ensino se dividiu em primário, normal, secundário, profissional (ou técnico) e superior. A Lei n. 56, de 15 de maio de 1893, aprovada no governo de Cunha Martins, tenta mesclar algumas medidas propostas pela Lei de 1890 com outras contidas na extinta Reforma de Lourenço de Sá, trazendo consigo como medida importante "a determinação de providenciar a equiparação do Liceu Maranhense ao Ginásio Nacional" (SALDANHA, 2008, p. 89-90). No entanto, a organização do ensino primário e normal foi modificada somente pela reforma de 1895, de Benedito Leite, que, além de trazer de volta a obrigatoriedade do ensino primário, lutou pela revitalização da Escola Normal, posicionando-se "firmemente contra as tentativas de extingui-la" (SALDANHA, 2008, p. 90). Para isso, propôs aumentar os vencimentos dos professores, bem como renovar o corpo docente, de modo a assegurar a substituição dos tradicionais métodos de ensino pelos mais modernos.

No ano de 1896 um novo Regulamento da Escola Normal foi aprovado. Para Castro (2017), neste documento, Leite visou reforçar parte das disposições registradas nas leis de maio de 1893 e de maio de 1895. Ficou assim definido para o caso de Desenho: para o 1º ano, 2 horas; para o 2º ano, 2 horas; e, para o 3º ano, apenas 1 hora. Cabe ressaltar que nesse mesmo ano foi criada a Escola Modelo do Maranhão, local destinado às crianças de ambos os sexos e local de estágio dos alunos da Escola Normal. Entretanto, por conta de entraves relacionados à situação econômica, voltou a funcionar com o nome de Escola Modelo Benedito Leite no ano de 1900.

Em 1898, houve a separação do Liceu da Escola Normal por meio da Lei Estadual nº 207. Com isso, "a Escola Normal adquiriu maior autonomia e deixou de ser um simples apêndice do Liceu. Passou a ter seu próprio diretor, tendo sido designado para o cargo o nome respeitável do Dr. Almir Nina" (SALDANHA, 2008, p. 128).

No início do século XX, é expedido mais um regulamento em favor de mudanças no âmbito da formação de professores. Segundo Godóis (1910), de 1899 em diante, com a reforma da Escola Normal e

a inauguração da Escola Modelo em 1900, dos Grupos Escolares da Capital, em 1905 aumentou o movimento escolar, “effectuando-se, alem disso, a transformação dos programmas, methodos e processos de ensino, nas escolas estaduaes e nos proprios institutos particulares” (GODÓIS, 1910, p. 146).

Em 1905, o Regulamento da Escola Normal do Maranhão traz em seu anexo de número 7 o *Programma Geral do curso da Escola Normal*. A disciplina de Desenho se fez presente desde o 1º ano e, no decorrer dos anos incorporava novos elementos, culminando no ensino da cópia do natural à lápis e a esfuminho/esfominho.

O programa dessa disciplina abrangia inicialmente os exercícios gráficos de figuras geométricas planas e construções geométricas com ênfase nos diagramas. Pelo exposto, os profissionais em formação precisavam ter conhecimento prévio sobre Geometria plana. Esse assunto era estudado dentro da disciplina da Matemática, a qual visava “habilitar o alumno à pratica intelligente do cálculo nas questões que o requerem, occorridas na vida, e ao ensino intuitivo e inductivo da materia” (MARANHÃO, 1905, p. 105-106). Tal apelo ao ensino intuitivo era uma marca indelével da pedagogia moderna. Desta vez, além do estudo da perspectiva linear, entra em cena a Geometria espacial com a construção de sólidos geométricos. Essa transição do ensino de Geometria plana para a espacial parece remeter a uma das características do método intuitivo: a de partir, respectivamente, daquilo que era simples (duas dimensões) para aquilo considerado composto (três dimensões).

No 3º ano é a vez do desenho de ornatos a lápis e a esfuminho, cópia do relevo a lápis e a esfuminho; e, no último ano, estudava-se a cópia do natural a lápis e a esfuminho. A existência do desenho ao natural como etapa final do processo revela uma finalidade importante deste seu ensino: o desenvolvimento da memória gráfica por meio da observação e da criatividade dos alunos respaldado pelos estudos anteriores. De modo a educá-los pelo próprio desenho, este método baseava-se na observação direta da natureza. De acordo com informações retiradas do Relatório do Inspetor de Instrução Pública de 1904 e pelos Ofícios enviados por Antônio Barbosa de Godóis ao Governo do Estado, entre os anos de 1904 e 1906, o professor regente de Desenho e Cartografia era o já mencionado Luis Ory (CASTRO, 2018).

Segundo Melo (2012), no início dos anos 1900, a Escola Normal maranhense passou por uma nova reorganização. Em 1914, devido à baixa frequência e aos poucos recursos públicos, essa Escola teve suas atividades encerradas e o seu curso foi transformado em curso profissionalizante no Liceu Maranhense. Seus alunos/alunas tiveram, então, que se juntar aos do Liceu, que se organizou em dois cursos: um Ginásial, com sete anos de formação geral, e outro Profissional, com três anos de formação geral e um de estudos pedagógicos com aplicação prática na Escola Modelo. Permaneceu assim até 1931, quando os interventores federais reformularam a Instrução Pública através do Decreto Estadual n.º 46, de 26 de fevereiro (MELO, 2012). Para Tourinho (2008, p. 52), essa sua desativação, em 1914, “refletiu carências decorrentes de parcos investimentos, redundando em recorrentes problemas de manutenção dessa

instituição”. E que, com o desaparecimento do nome Escola Normal do Maranhão, o “que se fazia era apenas uma referência ao curso de formação de professores, sob a tutela do Liceu Maranhense que congregaria essa função à já existente” (TOURINHO, 2008, p. 94).

Sendo assim, pelo Decreto n. 46, de 23 de fevereiro de 1931, foi aprovado um novo regulamento para a instrução pública do estado do Maranhão, assim dividida: ensino primário (curso pré-escolar, curso elementar e curso complementar) e ensino secundário, ofertado no Liceu Maranhense. Tal ensino secundário compreendia o ensino ginásial (equiparado ao Colégio Pedro II (externato), do Rio de Janeiro) e o ensino normal, com duração de 5 anos. Esse curso de regime misto, destinava-se ao preparo propedêutico e profissional dos mestres primários, “formando-lhes o espirito, de accordo com as actuaes idéas pedagógicas, de modo a contribuirem para o constante aperfeiçoamento dos methods de ensino” (MARANHÃO, 1931, p. 21). Na lista de disciplinas para o preparo propedêutico estava o ensino de Desenho e na lista de disciplinas destinadas ao preparo profissional estavam Psicologia, História da Educação, Pedagogia geral e Metodologia e didática, essa última compondo uma única disciplina.

De acordo com De Certeau (1982), quando procuramos um sentido histórico para um acontecimento, encontramos métodos, ideias ou uma maneira de compreender. Nessa confrontação passado-presente, cabe-nos entender que “a história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas” (DE CERTEAU, 1982, p. 41). Assim, o trabalho do pesquisador consiste em separar, em reunir elementos que visem responder a sua questão de pesquisa, a execução de seus objetivos.

Baseados nisso, anterior ao Decreto de 1931, são divulgados os *Programmas das Diversas cadeiras do Curso Normal do Lyceu Maranhense* (1930) propostos para o ano de 1930. Publicado pela Imprensa Oficial, o programa, que tratou das diferentes cadeiras do Liceu Maranhense, abrangia diversas disciplinas. No que diz respeito ao ensino de Desenho, o programa teve a assinatura de Arthur Marinho. Esse fato nos chamou muito a atenção, pois como vimos anteriormente, nenhum documento legal de caráter normativo levou a assinatura de algum professor de Desenho. As inferências que fizemos se deram a partir do cruzamento com outros documentos, e as informações colhidas sobre o ensino de Desenho se mostraram pouco aprofundadas e mais descritivas. Portanto, nos próximos tópicos, passaremos a analisar a contribuição de Marinho para a sistematização do Desenho na formação de professores primários maranhenses, tendo em vista seu papel na divulgação de novas propostas relacionadas a esse saber.

O “jovem maranhense” Arthur Marinho: uma leitura de suas práticas de pintor e professor de desenho

Mediante investigação nos jornais da época — e em se tratando da busca pelos profissionais que atuaram ativamente no processo de sistematização de práticas de Desenho lidas em documentos oficiais — , encontramos o nome do ludovicense Arthur Marinho.

Figura 1: Retrato de Arthur Marinho

Fonte: MELLO, 2004, p. 454.



Fig. 13 - Pintor Arthur Marinho (Filho do Povo, 4/11/1925).

Filho de Alfredo Marinho e Ana Marinho, Arthur Marinho realizou sua formação acadêmica de 1922 a 1926, na Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro. Esse aprimoramento na capital Federal parece ter sido uma práxis recorrente na vida de muitos artistas brasileiros amantes da Arte. Segundo Zilio (1985), tal Escola “foi o principal agente na elaboração de uma imagem que se constituiu o universo simbólico ambicionado pela sociedade brasileira” (ZILIO, 1985, p. 274), onde se exerceu durante muito tempo “o papel de núcleo formador dos principais artistas brasileiros” (ZILIO, 1985, p. 274). Tendo em vista que seu talento era merecedor do amparo dos poderes públicos, coube ao estado garantir-lhe recursos para prover sua estada naquela capital.

Arthur Marinho teve como mestre e professor o pintor Paula Barros, o qual abriu uma Escola de Desenho e Pintura no Maranhão “para oferecer ao público, [...] a prova material da sua competência e dedicação ao ensino da arte [...]” (PACOTILHA, 1915, p. 1). O jornal *online* O Estado do Maranhão, de 2017, informa que Paula Barros, natural de Fortaleza (CE) e vindo de Belém (PA), chegou em São Luís em abril de 1915, trazendo na bagagem muitos sonhos. Conhecedor de diversas técnicas, desde a pintura a óleo, *crayon*, pastel, lápis, *fusain* até a aquarela, Paula Barros transitou por diferentes funções. Foi desenhista, pintor, decorador, arquiteto e fotógrafo, bem como mestre dos pintores Newton Pavão, Hilton Leite Aranha, Levi Damasceno etc. Em outras palavras, um sujeito que teve um papel relevante na sociedade da época.

A capacidade artística de Arthur Marinho e sua promissora inclinação para as artes veio inicialmente fértil nas pinturas à *crayon*. Desde cedo, esse jovem artista maranhense já manifestava espontaneamente sua audácia e seu talento no campo da arte.

De acordo com um extrato do jornal *Diário Oficial do Estado* (1924),

Marinho, que daqui partiu há uns dois anos, levado pela força de vontade e pela grande vocação à pintura, de logo se revelou um talento, copiando ao natural, com o lápis, rebrilhando com o pincel e chamando a atenção dos mestres e dos condiscípulos. Os trabalhos, que nos chegam desse jovem artista, são todos dignos de atenção, nem só pela fidelidade das cópias ou paisagens, como pelo colorido, cujos tons nos fazem lembrar de um Rubens ou de um Sanzio (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1924, p. 5).

Como pudemos observar, de fato, Arthur Marinho deixou a capital do Maranhão no ano de 1922 e foi em direção à capital Federal para aperfeiçoar seus dons artísticos. Neste momento, além de seu interesse pela cópia do natural, pelos desenhos paisagísticos e coloridos, chama-nos atenção seu apreço pela pintura a pastel, conforme evidenciado em alguns jornais da época (DIÁRIO DE S. LUIZ, 1924; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1924).

A habilidade de Arthur Marinho com as mãos chegou a ser comparada com a mão de Celso Antônio, que trabalhava em Paris “modelando genialmente o barro” (PACOTILHA, 1925, p. 1). Em março de 1925, Arthur Marinho, juntamente com Newton Pavão, foram convidados para julgar alguns trabalhos durante a exposição de desenhos realizada na residência do conterrâneo José Mercedes Gomes. Para a classificação deles, utilizou-se da experiência realizada nos concursos de fim de ano da Escola de Belas-Artes do Rio. Segundo Arthur, esse julgamento estimulava “a todos que, contribuindo com seus trabalhos, deram uma prova dos esforços que vêm empregando pelo desenvolvimento do desenho e da pintura nesta terra” (PACOTILHA, 1925, p. 4). Marinho ainda teceu comentários a respeito das vantagens do novo método de ensino de desenho, considerando que “facilitava a compreensão da figura humana, com suas proporções, expressões e seus planejamentos de sombra” (PACOTILHA, 1925, p. 4).

Até aqui, como vimos, Marinho, enquanto pintor e artista, ganhou destaque no cenário das artes plásticas maranhenses. Em sua trajetória, marcada pelos estudos em um dos espaços mais importantes de referência para a arte, a Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro, fez dele um sujeito importante para a época, chegando até manter na capital maranhense “um curso de desenho e pintura, obedecendo aos métodos daquela escola superior de artes” (PACOTILHA, 1925, p. 1).

A Escola de Belas-Artes do Maranhão, onde Marinho manteve o curso de desenho e pintura, foi fundada graças ao empenho do grupo formado pelo pintor Paula Barros, Fran Paxeco, Antônio Lopes e Francisco Furiati, em 1922. Essa Escola “ajudou a criar uma nova e importante geração de artistas – não apenas pintores, mas alunos de teatro, música e arquitetura, entre outras disciplinas” (O ESTADO DO MARANHÃO, 2017). As aulas de Desenho ficaram a cargo do professor Rubens Damasceno Ferreira, enquanto as de Pintura havia se prontificado o professor Arthur Marinho. Nesta época, a Escola de Belas-Artes estava em “franco progresso, possuindo um número animador de alunos, os quais mostram o mais franco aproveitamento” (O IMPARCIAL, 1926, p. 1). Todavia, pairava no ar a preocupação de que o governo do estado não continuasse auxiliando orçamentariamente essa instituição, que dependia dele para o pagamento dos gastos com a manutenção. Por falta justamente desse apoio, fechou as portas no ano de 1935.

Sempre celebrados pela imprensa, os trabalhos de pintura e desenho de Arthur Marinho vão tornando-se conhecidos e admirados pelo público local. Essa sua exuberância artística passou a ser vista como um gesto raro de um distinto pintor que, mesmo de origem pobre, acabou vencendo, “ajudado pelo

seu Governo, os primeiros degraus de sua carreira artística” (A HORA, 1926, p. 1). Mediante “confecção e apurado gosto artístico” (A HORA, 1926, p. 3) chegou a montar um estúdio/ateliê que empregava trabalhos em retratos a óleo, pastel, *crayon* ou *fusain*, “um verdadeiro ambiente de arte” (PACOTILHA, 1927, p. 3) localizado na Rua Magalhães de Almeida, 8 – Sobrado.

Com toda essa importância, Arthur Marinho expunha também a sua gratidão para com o Estado. Em uma mensagem de reconhecimento e de gratidão, referia-se à Magalhães de Almeida, agora chefe do Estado, como um grande e inesquecível amigo, e o agradecendo pela sua formação, afirmou:

[...] o conceito que hoje tenho como professor de desenho, enfim, tudo quanto tem contribuído para o equilíbrio do meu futuro. [...] A sua capacidade e tino administrativo bastam mais do que as minhas palavras transmitidas para lhe recomendar o nome (PACOTILHA, 1926, p. 1).

Como verificado no exposto, a sua identidade como professor de Desenho ocorreu em função do prestígio adquirido ao longo do tempo. Nesse contexto, coube-nos questionar: como as atividades artísticas, como a de Arthur Marinho, podem ter influenciado e refletido no processo de formação de professores primários ludovicenses?

De professor de desenho a professor formador: as finalidades desse saber na formação de normalistas maranhenses

No ano de 1928, o jornal *O Imparcial*, ao noticiar o falecimento de Alfredo Marinho, destaca que o seu filho, o professor Arthur Marinho, exercia a função de lente de desenho do Liceu Maranhense. Essa afirmação é corroborada pelo documento intitulado *Programmas das Diversas Cadeiras do Curso Normal do Lyceu Maranhense* (1930) propostos para o ano de 1930, conforme já mencionado aqui. Esse é um dos documentos que traz significativas contribuições para este estudo pelo quantitativo de informações prestadas ao público.

Publicado pela Imprensa Oficial da época, o programa trata das diferentes cadeiras do Liceu Maranhense e abrange diversas disciplinas: Português, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, Corografia, Química, Física, Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Prendas Femininas, Caligrafia, Música, Desenho, História Universal e da América, História do Brasil e História Natural. No que diz respeito ao ensino de Desenho, esse saber teve seus conteúdos divididos em 4 anos, sobressaindo-se o estudo das noções de Desenho do natural e Desenho ornamental pelo método de ensino intuitivo, método esse que valorizava o ensino a partir dos sentidos e pela apresentação de objetos didáticos.

O método intuitivo destaca-se como parte das propostas de modernização do ensino brasileiro, desde o final do século XIX até meados da década de 1920. Tal método colocava acento sobre a intuição, reconhecendo-a como o meio de conhecimento mais natural e pelo qual deveria ser realizada a aprendizagem das crianças. Nesse processo, os sentidos eram os canais de acesso ao saber. Era por meio desses sentidos que as crianças desenvolviam suas faculdades de observação e percepção por meio da

observação dos fatos e mediante apresentação dos objetos. No Maranhão, de acordo com Silva e Castro (2016, p. 292), tal ensino “era defendido principalmente pelos políticos, [...] que sempre discursavam em prol da instalação da nova metodologia de aprendizagem”. Esses autores ressaltam que diante da constatação de que havia problemas na formação de professores, e, visando implantar o ensino intuitivo no Estado, Barbosa de Godóis esteve pessoalmente em São Paulo, que na época era considerado o pólo da vanguarda na elaboração de propostas e métodos escolares, para “aprender essa nova técnica e transmiti-la aos seus alunos da Escola Normal” (CASTRO e SILVA; 2016, p. 292). Formado em Direito pela Faculdade de Recife, o ludovicense Barbosa de Godóis (1860-1923), além de ter atuado em assuntos jurídicos e políticos, teve sua inclinação para os temas relacionados à educação maranhense, exercendo assim a função de diretor da Escola Normal, da Escola Modelo e dos Grupos Escolares da Capital (SILVA, 2019). Ao que parece, no Maranhão, esse método fez escola até a década de 1930, período no qual já estava em desenvolvimento práticas pedagógicas escolanovistas, as quais buscavam educar a criança como um todo, respeitando-lhe sua maturidade biológica. A criança era considerada o centro do processo de ensino e da aprendizagem.

Voltando aos *Programmas das Diversas Cadeiras do Curso Normal do Lyceu Maranhense* (1930), consta nele que uma das finalidades do ensino do Desenho era educar a vista na avaliação das grandezas e das distâncias, bem como garantir o equilíbrio da mão e a habilidade no traçado a partir da observação direta dos objetos e do desenho denominado de “stinographico” (MARANHÃO, 1930, p. 58). A observação direta dos objetos parece remeter a uma das estratégias utilizadas pelos defensores do método intuitivo. Segundo Valdemanin (2004), a introdução desses objetos exercia tanto um caráter lúdico quanto disciplinador, sendo esse último vinculado à formação das ideias. Algumas pistas desses objetos e seus possíveis usos para o ensino do Desenho aparecem no quarto ano, quando é feita referência à uma lista de material adotado para a aula de desenho. Na Imprensa Oficial (MARANHÃO, 1930, p. 62) são citados um quadro negro especial, “convenientemente quadriculado, para ser utilizado pelo professor”, uma mesa com medidas pré-definidas, dois armários, “sendo um para guardar os modelos figurados em gesso, como: solidos geometricos, flôres, fructos, folhas, animaes, etc” (p. 62); carteiras cavaletes com seus respectivos bancos, e um suporte para os modelos figurados em gesso. Possivelmente, esses modelos figurados em gesso serviam como esboço a ser copiado pelos alunos, mediante sua observação. Na Figura 2, que representa uma sala de aula de desenho de 1908, percebe-se como se dava a distribuição das carteiras cavaletes e seus bancos e de como os modelos eram apresentados e organizados.



Figura 2: Uma sala de aula de desenho, 1908
Fonte: (MARANHÃO, 1908).

De acordo com a Imprensa Oficial (MARANHÃO, 1930, p. 59), para a execução do desenho do natural recomendava-se o não uso de instrumentos de precisão, devendo assim ser executado à mão livre, constando apenas “de ligeiros esboços baseados no methodo intuitivo”. Nesse caso, informava ser necessário que o professor fizesse “prelecções em aula” (MARANHÃO, 1930, p. 58) sobre esse método. Em se tratando do aluno caberia dispor do “conhecimento resumido e pratico da morfologia geometrica, que é tambem applicada ao desenho stinographico” (MARANHÃO, 1930, p. 58-59). Guimarães (2017), na abordagem sobre os vários tipos de Desenho apresentados pelo baiano Rui Barbosa em seu projeto de Reforma do ensino primário, de 1883, afirma que esse desenho estigmográfico tem sua origem em estudos austríacos, o qual se baseava na construção de figuras geométricas a partir de uma malha quadriculada como referência. À medida que os estudos avançavam, essa malha de pontos se tornava cada vez mais desnecessária, pois os alunos supostamente já teriam adquirido um controle manual que dispensava o seu uso. Já em se tratando do desenho do natural pelo método do ensino intuitivo, tudo indica que se processaria a partir da visualização de determinado objeto ou coisa, cujo traçado era executado livre de regras e definições.

No que diz respeito ao desenho ornamental, sua execução permitia o uso de instrumentos de precisão, mas também era previsto a execução à mão livre, conforme registro no documento da Imprensa Oficial (MARANHÃO, 1930, p. 59): “assim como os mesmos trabalhos podem ser executados a mão livre ou pela applicação do desenho a mão livre ao desenho geometrico que é a base do desenho ornamental”. Constata-se também, a recomendação de que no primeiro bimestre o ensino fosse “o mais intuitivo possivel, em cuja epocha serão dadas as regras essenciaes ao conhecimento do desenho ornamental” (MARANHÃO, 1930, p. 65). Na parte reservada ao desenho de imaginação sobre a matéria dada na parte anterior, o professor deveria exigir de seus alunos trabalhos executados de memória a partir dos “originaes dados em aula” (MARANHÃO, 1930, p. 59). A confecção desses trabalhos deveria levar em conta um tom de fantasia artística (arte nova), “onde cada alumno deve interpretar todo o seu sentimento, procurando desenvolver seus conhecimentos de esthesia, o que é peculiar á educação artistica” (MARANHÃO, 1930, p. 59). Percebe-se, então, uma variedade de tipos de desenho que dão valor à imaginação, à observação, à criatividade, à arte, à precisão e ao bom gosto.

Evidentemente esse discurso referente aos materiais e aos diferentes tipos de desenho que os normalistas deveriam se apropriar durante a sua formação tinha certa intencionalidade. A finalidade do desenho no Curso Normal era

[...] dar a precisa educação artistica a todos os que pretendem um diploma de professor normalista e uma segura noção de conhecimentos de esthesia, que são indispensaveis na vida pratica, e do conhecimento pratico-theorico (embora muito rudimentar) do desenho do natural e do desenho ornamental que poderá ser applicado á trabalhos manuaes (MARANHÃO, 1930, p. 64).

Outro documento que veio à baila, produzido também pela Imprensa Oficial, foi o de divulgação dos *Programas aprovados para os cursos normal e complementar* (MARANHÃO, 1934) referente ao ano de 1934.

Neste documento, assinado também por Arthur Marinho, foi possível notar que o *Programa de Desenho* estava dividido em 4 anos, como o anterior, com 3 aulas por semana nos dois primeiros e 2 aulas por semana nos dois últimos. Essa divisão por aulas é uma das primeiras novidades deste programa.

Estabelecendo a divisão, em partes, dos *Programmas aprovados para os cursos normal e complementar*, verificamos que no primeiro ano os normalistas estudavam o desenho à mão livre, o desenho decorativo e o desenho de arte aplicada. Percebe-se, já de pronto, alterações nas nomenclaturas utilizadas e, conseqüentemente, nas finalidades que a elas lhes eram atribuídas. No estudo do Desenho à mão livre, os professores em formação tinham que representar objetos tirados da fauna e da flora brasileiras, fazendo apenas uso da observação e da avaliação das distâncias e das grandezas que os representavam. Esse tipo de desenho parece sinalizar uma defesa pelas coisas nacionais, bem como pelo treino do olho e da mão. Para a representação ao natural desses objetos poderiam recorrer às noções de luz e de sombra, ao desenho geométrico e à ornamentação vegetal. Já na parte do desenho decorativo eram aconselhados a utilizarem noções de estilização de plantas regionais, construírem frisos, painéis etc., exercitando assim o desenho ornamental baseado no desenho geométrico. No último caso, aproveitando-se da parte decorativa anterior, escolhiam motivos simples e fáceis, aplicáveis aos trabalhos manuais através de noções de pintura e aquarela aplicada em papel, seda etc., terminavam o primeiro ano com os exercícios de memória.

Pelo que neste primeiro momento é apresentado, a disciplina de Desenho apelava para o traçado do desenho à mão livre, de modo a habituar a vista e tornar a mão hábil para os trabalhos posteriores, uma característica também observada no programa anterior. Os trabalhos posteriores atendiam pelo nome de desenho decorativo e de arte aplicada, uma espécie de aplicação do desenho na construção de figuras geométricas. Outra finalidade aparente é o estudo do desenho com fins utilitários baseado na ornamentação e na estilização de coisas e objetos usuais.

O segundo ano do Programa de Desenho seguia-se como complemento à 1ª parte do programa do 1º ano, com representação de ornatos desenhados ao natural, desenho decorativo (complemento à 2ª parte do 1º ano), decoração de objetos dados, respeitando as dimensões a decorar, e desenho de arte aplicada

como desenvolvimento da 3ª parte do programa do 1º ano. Já no terceiro ano estudava-se o desenho do natural, o desenho ornamental, o desenho de ornato e o desenho decorativo. Ademais, previa o estudo do desenho funcional do organismo humano e de animais por meio de cópia. Sobre o desenho decorativo, ressaltava-se a importância da pintura à aquarela e desenhos a *crayon*, materiais esses utilizados na passagem da percepção às ideias, isto é, do imaginado para o concreto desenhado.

No último ano de curso, os normalistas em formação estudavam o desenho do natural, desenho ornamental, desenho funcional, desenho esquemático e desenho de arte aplicada. Nesse quarto ano, fica também evidente o auxílio do desenho às outras disciplinas do curso, tais como aos Trabalhos Manuais e à Geografia, a exemplo da confecção do mapa do Brasil. Uma observação importante aparece nos esclarecimentos sobre o processo pedagógico do curso. Consta lá que, assim que iniciado o curso de desenho, fazia-se indispensável, por parte dos normalistas em formação, o conhecimento da morfologia geométrica, com recapitulação geral da Geometria plana. Pela análise dos dois programas, a disciplina de Desenho na formação dos professores maranhenses não se encaminhava sem a ajuda e participação massiva da Geometria. Essa disciplina servia como suporte ao seu ensino, via pela qual os normalistas desenvolviam a arte do desenho ornamental, decorativo e aplicado.

Enquanto os *Programmas aprovados para os cursos normal e complementar* (MARANHÃO, 1934) consideravam o conhecimento sobre a morfologia geométrica indispensável, um pouco antes, mas ainda no início do século XX, movimentos internacionais e nacionais apontavam o ensino do desenho ao natural como baliza para guiar os programas de ensino das escolas de primeiras letras, futuro local de trabalho dos normalistas. Esse tipo de desenho tirava o foco dos conceitos geométricos e colocava acento sobre a representação de objetos fáceis, simples, onde prevalecia o exercício do gosto próprio e do desenvolvimento estético das crianças. Todavia, tudo indica que na formação de professores primários do Maranhão isso se encaminhava de modo agregado. Isto é, mesclava o ensino do desenho do natural com o desenho linear ou geométrico, de forte apelo para as noções geométricas. Essa também parece ter sido a realidade das primeiras escolas normais de Minas Gerais, incluindo aí a Escola Normal de Belo Horizonte, fundada em 1906, no período da Reforma João Pinheiro (ALMEIDA, 2017; BARROS, 2015; NEIVA, 2016). Além desse enfoque, na produção elaborada por Oliveira (2018), sobre a Escola Normal de São Paulo, a referida autora enfatiza que a disciplina de Desenho foi instituída junto com a de Caligrafia, em 1887, sendo nomeados Thomaz de Lima e Felicidade Perpetua de Macedo para o exercício das seções masculina e feminina, respectivamente.

Por fim, no que diz respeito ao método adotado, é citado o prático-teórico, de ordem progressiva. No entanto, sua passagem é apresentada sem muitos esclarecimentos. Particularmente nesse programa, nenhuma recorrência ao método intuitivo foi identificada.

Considerações Finais

Levando em consideração que cada época produz sobre a escola uma literatura vasta incidindo, assim, sobre os aspectos pedagógicos e sobre o que os mestres deveriam ensinar (CHERVEL, 1990), depreende-se do exame dos programas de ensino direcionados ao Curso/Escola Normal publicados pela Imprensa Oficial do Maranhão durante a primeira metade do século XX que o ensino de Desenho ofertado aos futuros professores primários atendia a diferentes finalidades.

Ao retornarmos às práticas de desenho das primeiras décadas do século XIX, verificamos que, exceto no Regulamento da Escola Normal de 1905 e no Decreto n. 46, de 23 de fevereiro de 1931, poucas são as informações a respeito das finalidades de seu ensino. Pela análise efetuada nos jornais, percebemos com Tribuzi e Cardoso Homem que existia certa utilidade social e profissional do desenho. A sua função era basicamente servir de instrumento para a formação de sujeitos úteis àquela sociedade.

Com a chegada do século XX, aparentemente essa finalidade é repensada, tendo em vista sua adequação aos moldes institucionalizados de formação profissional — isto é, repensada pela renovação do sistema escolar. Nos jornais levantados e nos documentos assinados por Arthur Marinho, observa-se, além de um caráter pedagógico do desenho, um caráter estritamente artístico e estético. Apesar de sua formação no campo da arte, esses elementos, ao que parece, dizem muito das ações realizadas por este importante educador maranhense. Sua trajetória pessoal e profissional esteve pautada na produção de uma cultura artística e de valorização do desenho. Do natural ao ornamental, passando pelo de imaginação e de arte aplicada, agregava desde fins avaliativos até utilitários, de aplicação na vida prática do sujeito que aprende. Para isso, o professor em formação precisava saber Geometria, sobretudo, Geometria plana.

Destacamos que a presença das aulas de Desenho na Escola Normal ludovicense traduz a importância deste saber para a formação cultural e profissional daqueles professores. Mais ainda, constatamos que as finalidades de uma disciplina escolar fazem parte de uma teia complexa na qual se articulam objetivos educacionais com objetivos sociais e culturais mais amplos, como compreendido por Chervel (1990).

Notas

¹ Cabe, de pronto, destacar que todas as referências feitas aos jornais da época encontram-se no livro de Luiz Mello (2004). Ademais, a referência à página é a localizada nos jornais utilizados.

Referências

ALMEIDA, A. M. D. **O Desenho na reforma João Pinheiro de 1906 em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática. Juiz de Fora, MG, 2017.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª. edição. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BARROS, S. C. **O ensino de Geometria na formação de professores primários em Minas Gerais entre as décadas de 1890 e 1940**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática. Juiz de Fora, MG, 2015.

CALONGA, M. D. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? **Comunicação & Mercado/UNIGRAN** – Dourados – MS, vol. 1, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov. 2012.

CASTRO, C. A. A legislação como fonte para a História da instrução primária maranhense. **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n. 1, p. 30-44, jan./abr., 2017.

CASTRO, C. A. Aprender para ensinar: a disciplina Pedagogia nas “Escolas Normais” maranhenses (1840-1930). In: CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. (Orgs.). **História da escola: métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura**. São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2018.

CASTELLANOS, S. L. V.; CASTRO, C. A. Uma instituição de ensino popular no Maranhão Império: a Sociedade Onze de Agosto. **Revista HISTEDBR** [On-line], Campinas, n. 62, p. 83-97, mai./2015.

CASTELLANOS, S. L. V. A leitura e a prática pedagógica no cenário político e educacional do Maranhão na Primeira República. In: CASTRO, C. A. (Org.). **Leitura, impressos e cultura escolar**. São Luís: EDUFMA, 2010.

CHARTIER, R. **A história cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, v. 2, p. 177-229, 1990.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007.

DE CERTEAU, M. **A escrita da História**. Trad. de Maria Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

D’ENFERT, R. Uma nova forma de ensino de Desenho na França no início do século XIX: o desenho linear. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 22, p. 31-60, 2007.

FERNANDES, H. C. **Administrações maranhenses (1822-1929)**. São Luís: Instituto Geia, 2003.

GODÓIS, A. B. B. O. **O mestre e a escola**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1910.

GUIMARÃES, M. D. **Por que ensinar Desenho no curso primário? Um estudo sobre as suas finalidades (1829-1950)**. Tese (Programa de Pós-Graduação em de Educação e Saúde na Infância e Adolescência) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, 2017.

GUIMARÃES, M. D.; LIMA, M. C. A. Vestígios do ensino de Desenho na Escola Normal do Maranhão: uma leitura a partir de revisão de literatura. **REVEMAT**, Florianópolis (SC), v. 14, n. 2, p. 1-14, 2019.

MARANHÃO. **Decreto n. 55 – de 27 de junho de 1905**. Estabelece novo Regulamento para as Escolas Normal e Modelo Benedito Leite, o Curso Anexo à esta Escola, os Grupos Escolares e Escolas Primárias regidas por normalistas. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20150902144504.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MARANHÃO 1908. Rio de Janeiro: Spala Editora LTDA, 1908.

MARANHÃO. **Programmas das diversas cadeiras do Curso Normal do Lyceu Maranhense** (Para o anno de 1930). Maranhão: Imprensa Oficial, 1930. Disponível em:

<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20161025122557.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MARANHÃO. **Decreto n. 46, de 23 de fevereiro de 1931**. Approva novo regulamento para a Instrução Publica do Estado. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160726102730.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

MARANHÃO. **Programmas aprovados para os Cursos Normal e Complementar, no ano de 1934**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1934. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20161130123010.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MARQUES, C. A. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3ª ed., revista e ampliada. Coleção Documentos Maranhenses -20. São Luís: Edições AML, 2008.

MELLO, L. **Cronologia das Artes Plásticas no Maranhão (1842-1930)**: Pesquisa histórica. São Luís: LithoGraf, 2004.

MELO, S. M. B. Percurso histórico da formação de professores para a escola primária no Maranhão: Império e República Velha. In: **Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: <histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.09.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

NEIVA, I. K. A. **O ensino do Desenho na Escola Normal de Belo Horizonte (1906-1946)**. 2016. 273f. Tese (Faculdade de Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2016.

O ESTADO DO MARANHÃO [On-line]. São Luís, 2017. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/online/13092017/pdf/A01.PDF>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SALDANHA, L. L. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana**. Imperatriz: Ética, 2008.

SILVA, D. R. Intelectuais da educação e o incentivo à escolarização primária no Maranhão. **Revista Olhares**. Guarulhos, v. 7, n. 3, p. 147-165, nov., 2019.

SILVA, D. R.; CASTRO, C. A. A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 284-308, jan./abr., 2016.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, pp. 61-88, mai./jun./jul./ago., 2000.

TOURINHO, M. A. C. **As normalistas nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão**: entre discurso da ordem e a subversão nas práticas. São Luís, 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2008.

VALDEMARIN, V. T. **Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino**. In: SAVIANI, D. (et al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VIVEIROS, J. J. Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n. 45, vol. XVII, jan./mar., 1952.

ZILIO, C. Formação do artista plástico no Brasil: o caso da Escola de Belas Artes da UFRJ. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, n. 66, p. 273-285, mai./ago., 1985. Disponível em: <<http://www.carloszilio.com/textos/1985-rev-de-estu-pedag-formacao-artista-ufRJ.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2019.